

DOCUMENTOS

A Biblioteca e Arquivo Público [do Pará] — resumo histórico

ARTUR VIANA

Transcrevemos na íntegra o artigo que abria o primeiro número dos **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará** (t. 1, p. I-XXVII, 1902), escrito pelo fundador dessa revista e um dos mais importantes diretores da Biblioteca Pública do Pará. Artur Otávio Nobre Viana nasceu em Belém, em 11-11-1873 e morreu na cidade do Rio de Janeiro em 14-9-1911. Foi nomeado Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará em 20-7-1899, cargo que ocupou durante nove anos. Professor e historiador, era também formado pela Escola de Farmácia do Pará. Em 1907, por questões políticas, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou Medicina. A morte, no entanto, impediu-o de concluir sua tese de graduação. **(Nota da Redação.)**

Pelo ano de 1839, tratou-se de fundar uma biblioteca pública em Belém.

Precedentemente, durante o longo período de mais de dois séculos, contado dos primeiros tentames da conquista, em 1616, ao movimento emancipador de 1823, vivera o Pará a vida das colônias, exaurido sempre da seiva abundante que extraíam os dízimos, redízimos, fintas, impostos e donativos voluntários da metrópole.

No depauperado organismo colonial não sobravam forças para empresas intelectuais; a instrução pública tivera como fontes únicas, insuficientes, defeituosas e, quantas vezes, ineptas, os frades, Capuchos de Santo Antônio e da Província da Piedade, Religiosos da

Conceição da Beira e Minho, Jesuítas, Mercenários e Carmelitas. Ainda assim, para um enlanguescimento mais completo, partiram eles sucessivamente, os Religiosos da Conceição e os da Piedade, em 1759, dando obediência aos avisos régios de 12 de abril e 5 de fevereiro do ano anterior, que ordenaram o recolhimento dos primeiros ao seu convento no Maranhão, e dos segundos ao reino; os Jesuítas, em 1760, abandonando o seu pingue patrimônio, expulsos pela lei pombalina de 3 de setembro de 1759; os Mercenários, em 1794, voltando aos conventos da sua ordem no Maranhão, pelo dispositivo do aviso de 24 de março do mesmo ano. Ficaram apenas os Capuchos de Santo Antônio e os Carmelitas, mas em número tão limitado, que nenhuma importância ofereceu mais o seu trabalho no Estado.

A reforma administrativa da Lei de 6 de junho de 1755, com que Sebastião de Carvalho pensou transformar a degradante opressão física e mental do jesuíta sobre o índio em regime de liberdade e de progresso, trouxe os mesmos defeitos do sistema que derruía, nada mais constituiu e representou do que a continuação do primitivo método; das missões fizeram-se vilas, criaram-se câmaras e juizes ordinários, substituiu-se o missionário pelo diretor, para tudo marchar como anteriormente.

Mais de cinqüenta anos deviam passar sem que o meio paraense apresentasse uma transformação radical; só depois da reação nativista de 1822, e das terríveis lutas partidárias, que se extinguiram em 1836, lograra a Província desenvolver um movimento de progresso, conquanto moroso. O jornalismo, que nascera dos arroubos patrióticos de Patroni, em 1820, e logo se lançou na voragem da guerra civil, como poderosa insufladora da anarquia, consolidara-se pouco a pouco, combatendo adversários políticos, servindo partidos, estampando seções comerciais; e esta adaptação político-comercial da imprensa, cada vez mais sólida para o futuro, devia garantir-lhe a subsistência até hoje.

Em 1839, quando surgiu a idéia de criar uma biblioteca pública, mostrava ainda o Pará deplorável estado, conseqüente dos sucessivos motins que o tinham ensangüentado: a instrução pública ensaiava os primeiros passos, difíceis pela defeituosa organização que a presidia; em todo o vastíssimo território da Província, que abrangia ainda o atual Estado do Amazonas, existiam 33 escolas, das quais só 24 funcionavam; na capital, a título de curso secundário, ensinava-se filosofia, retórica, gramática latina, geometria e francês.

Diz-nos Baena (1) que havia duas livrarias, uma no convento do Carmo, outra no de Santo Antônio, porém tão desprovidas e despre-

zadas que nulificava-se quase a sua utilidade; os estudantes supriam-se de livros em três lojas de mercadores, onde encontravam as obras didáticas.

O primeiro impulso para a instalação da profícua fonte de estudos, que a biblioteca ia ser, partiu de fora da Província: em sessão de 27 de abril de 1839, a Câmara Municipal recebeu um ofício assinado por José de Nápoles Teles de Meneses, capeando a cópia de uma carta em que um paraense, estudante de Medicina, em Lisboa, cujo nome os documentos oficiais não registraram, aconselhava aos seus comprovincianos a dedicação às letras, e a cooperação no desenvolvimento intelectual da Província. Baseado nos conceitos do acadêmico, solicitava Teles de Meneses a consideração dos vereadores para o projeto do estabelecimento de uma biblioteca pública, inserto na carta.

Funcionavam os camaristas em sessão extraordinária, e julgaram-se por isso inibidos de tomar em deliberação o assunto, acordando apenas solicitar do oficiante a elaboração de um plano exequível, para levar a efeito a idéia, e que devia ser presente na sessão ordinária futura. Desobrigou-se o comissionado deste voluntário compromisso, de modo que, na reunião de 22 de maio seguinte, teve a Câmara em mãos o referido plano, e então assentou-se levar o assunto ao juízo da presidência da Província, impetrando-lhe o seu auxílio, aliás indispensável (2).

Na qualidade de presidente interino endereçou o vereador Vicente Antônio de Miranda ao presidente, Dr. Bernardo de Sousa Franco, o Ofício nº 10, de 23 de maio, em que expôs o assunto e o pedido (3); a presidência deu-se pressa em responder que aprovava a coadjuvação ao projeto e prestar-se-ia a proteger o estabelecimento com todos os meios ao seu alcance (4).

Obtido o beneplácito do presidente, tratou a câmara de ensaiar a prática sobre o plano de Teles de Meneses e, para tal fim, nomeou uma comissão de cinco membros e dois suplentes, que devia promover subscrições populares, bazares, benefícios e outros meios de angariar recursos pecuniários, cabendo-lhe ainda os trabalhos de aquisição dos livros e locação da biblioteca. Presidiu à nomeação seleta escolha de homens distintos: a comissão teve por membros José de Nápoles Teles de Meneses, o Dr. Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães e os cônegos Silvestre Antunes Pereira da Serra e Luís Barroso Bastos; e por suplentes, Luís Calandrini da Silva Pacheco e Joaquim Antônio Alves (5).

Grandes foram os tropeços e dificuldades com que se viram a braços os comissionados: por toda a parte a resistência do meio mostrou em óbices quanto de árdua tinha a empresa; o sedição recurso das

subscrições produziu somente 1 348\$000 réis, que ainda a cobrança reduziu a 1 016\$550 réis; o apelo circular, que a Câmara de Belém dirigiu às municipalidades do interior, encontrou em algumas a ausência completa de numerário e na maior parte a indiferença dos que julgavam de somenos importância o empreendimento (6).

Entretanto a Assembléia Provincial e o presidente da Província auxiliaram, ainda que modestamente, a nova instituição: a Lei nº 43, de 15 de outubro de 1839, que orçou a receita e fixou a despesa para o ano financeiro de 19 de julho de 1840 a 30 de junho de 1841, incluiu, entre as verbas destinadas à instrução pública, a quantia de 600\$000 réis como auxílio à Biblioteca, quantia que a lei orçamentária do exercício de 1840-1841, publicada sob o nº 82, em 21 de outubro de 1840, elevou a 1 000\$000 réis.

Apesar das dificuldades de que se viu assediada, especialmente da exigüidade das verbas alcançadas, combatida fortemente por todas estas causas, arrastou a Biblioteca uma existência quase improfícua; sem recursos que a subsidiassem, jamais poder-se-ia esperar o seu progresso. Isto bem compreendeu o presidente João Maria de Moraes, que, desejoso de abrigar a útil instituição da ruína infalível, baixou a Resolução nº 134, de 14 de outubro de 1846, anexando-a ao Liceu Paraense, criado em 1841 e instalado a 17 de janeiro do ano seguinte, em uma casa particular no Largo do Palácio. Prescreveu o dispositivo deste ato que a Biblioteca ficaria sob a direta fiscalização do Conselho da instrução pública, ao tempo composto, em virtude da Lei nº97, de 3 de julho de 1841, do diretor e dos professores do Liceu; esta corporação tomaria a seu cargo a ordem e conservação do estabelecimento, que se regeria por um regulamento por ela elaborado e aprovado pelo governo.

Ficaram deste modo jungidos aos do Liceu os destinos da livraria; semelhante medida, se pôs a coberto da destruição completa o produto dos esforços envidados em 1840, não levou por diante a idéia, à exigüidade das verbas escassas com que o governo custeava o seu primeiro estabelecimento de ensino; não obstante as repetidas solicitações dos diretores da instrução pública, no sentido de ser votada em lei uma quantia suficiente para bem instalar as obras e promover o incremento da Biblioteca, assembléias e presidentes nunca satisfizeram tão justo pedido; apenas, em 1851, a lei orçamentária provincial destinou a insignificante gratificação de 10\$000 réis mensais ao lente que acumulasse as funções de bibliotecário.

Esta medida absolutamente não vedou que a Biblioteca co-participasse das vicissitudes do Liceu: com ele a transferiram da casa do Largo do Palácio para um prédio à Rua Formosa, hoje Treze de Maio,

entre as travessas de São Mateus e Campos Sales e, pouco depois, para outro, à Rua Nova de Santana, canto da Travessa das Mercês. Aí estiveram estantes e livros locados em um pequeno sótão, único compartimento da casa, que, por impréstável para aulas, fora destinado a receber aquela dependência do Liceu.

Em 1861, o governo conseguiu que os empresários do Colégio Santa Cruz cedessem-lhe a parte que ocupavam no convento do Carmo, para nela instalar o Liceu, mais confortavelmente; neste velho edifício reorganizou-se a Biblioteca, em 1863, sob os auspícios do Dr. Joaquim José de Assis, diretor da instrução pública e do Colégio Paraense (7); expurgada do que a incúria fizera pasto da sua destruição, ficaram três estantes envidraçadas, contendo 415 obras, com 1 363 volumes. Por um catálogo local, então publicado pelo Secretário Antônio Firmo Dias Cardoso, vê-se que a Biblioteca possuía algumas obras de estimável valor, entre elas as **Décadas** de João de Barros, coleções completas das obras de Voltaire, Montesquieu, Lamartine, Condillac, Chateaubriand, Shakespeare, Raynal, Massillon e Bossuet, a **Historia Natural y Moral de las Índias**, compuesta por el padre Joseph d'Acosta, e uma bela coleção dos clássicos latinos, em 132 volumes (8).

Este período de conservação permitiu um incremento relativamente importante, não que se despendesse algum dinheiro com outras aquisições, mas tão-somente por se ter zelado o que havia e tratado de encadernar e acondicionar os donativos, muitas vezes valiosos. Veio, entretanto, poucos anos depois, uma nova mudança do Liceu, e com ela a desorganização da Biblioteca; abandonando o convento do Carmo, transferiu-se, em 1868, o internato para o excelente palacete, que ainda hoje ocupa, à Praça Saldanha Marinho, e aí, onde a instalação foi muito superior a todas as anteriores, ficou a Biblioteca entregue ao mais completo abandono, atirada em uma das salas do andar térreo, com os livros, à falta de estantes, amontoados uns e espalhados outros pelo chão (9).

Em 7 de janeiro de 1871, assumiu o cargo de presidente da província o Dr. Joaquim Pires Machado Portela, que no curto período da sua administração, terminada em 24 de abril do mesmo ano, deixou ao Pará invidáveis atestados do seu esforço, da sua boa vontade, da sua alta orientação. Salientam-se entre os seus atos os que se referiram à instrução pública, ao tempo mal regulamentada, invadida pela política, jungida absurdamente às deliberações da presidência, depauperada pela indiferença do meio; ao citá-los, especial

menção deve merecer o regulamento de 20 de abril de 1871, que embora defeituoso em mais de um ponto, avanta-se aos que o precederam e mesmo a outros posteriores, pela metódica organização dada ao ensino público; não será para esquecer que entrou nesta regulamentação a Escola Normal, recém-criada pela Lei nº 669 de 13 de abril do mesmo ano.

Distinguiu-se ainda o desvelado administrador pela criação da Biblioteca Pública e do Museu Paraense.

Esparso pelo salão do Liceu, vimos o que restava da Biblioteca iniciada em 1839, a que o anexamento de 1841 tirou o caráter público, aliás bem claro na idéia que a originara; para a completa destruição desse pouco valioso bastava continuar a incúria. Criar uma nova Biblioteca, anexar-lhe os livros da primeira, instituí-la como departamento público, foi tarefa que coube ao presidente Portela, ou, antes, que ele voluntariamente tomou a peito, agindo somente com o seu prestígio de primeira autoridade da Província, sem lançar mão de recursos do Tesouro Público.

Em sua edição de 20 de janeiro de 1871, o **Jornal do Pará**, órgão oficial, inseriu, na sua primeira coluna, uma extensa notícia sobre a empresa que o presidente entrava a pôr em prática e dos recursos que empregava para tão altruístico fim: sem dispositivo de lei que o autorizasse, é claro, não podia ele utilizar os dinheiros públicos, em tão salutar tentame; apelava, portanto, para os sentimentos patrióticos dos paraenses; a capital da província, “grande pela sua riqueza e prosperidade de comércio, número de habitantes, amor às artes e às ciências, e onde se notava desenvolvido gosto pelos estudos dos diversos ramos dos conhecimentos humanos, ressentia-se da falta de uma biblioteca pública, que, sem dúvida, é um elemento de civilização e muito concorre para espalhar a instrução por todas as classes da sociedade; mas para levantar esse edifício intelectual, faltavam os materiais precisos: os livros, os jornais, as revistas nacionais e estrangeiras. Neste sentido, dirigia-se a presidência aos paraenses, pedindo-lhes concorressem cada um, na razão de suas forças: um livro, um folheto, um jornal, qualquer quantia, por módica que fosse, serviriam à nova instituição”.

Secundava o jornal o apelo, declarando esperar fosse a idéia da presidência acolhida “com entusiasmo por todos aqueles que nutriam sinceros desejos de serem realizados no Pará os grandes melhoramentos, como são aqueles que têm por fim a cultura da inteligência, o desenvolvimento da instrução, e cujos resultados, sempre benéficos, nunca morrem, porque a mão do tempo não pode apagá-los”.

No dia seguinte transcrevia o **Diário de Belém**, em sua coluna editorial, a notícia, e a comentava em lisonjeiros termos, por sua vez insistindo na conveniência de auxiliar a empresa.

Sem perda de tempo, fez o presidente distribuir, em profusão, uma carta circular por ele assinada, em que formulava o seu apelo, e, logo que viu os excelentes resultados do meio empregado, chamou, em fevereiro, para coadjuvá-lo nos trabalhos da instalação da Biblioteca e do Museu, que conjuntamente promovia (1), o ilustre Cientista Domingos Soares Ferreira Pena.

Assim teve ele *a seu* lado não somente um auxiliar infatigável, mas um verdadeiro homem de estudo, que ia tomar preeminente parte nos estabelecimentos a fundar. Ferreira Pena viera ao Pará em 1858, com a idade de 40 anos, tendo a garantir-lhe o mérito uma carreira jornalística agitada pela propaganda das idéias republicanas, feita em Ouro Preto, capital da Província onde nascera, e a prestigiá-lo na burocracia não poucos anos de efetivo e correto trabalho; acompanhara nessa vinda, e na qualidade de secretário, o Presidente Manuel de Frias e Vasconcelos. Sobre a sua vida e os seus trabalhos escreveu o nosso prestimoso compatriota José Veríssimo uma excelente notícia, que evidencia o conspícuo lugar que entre os pesquisadores brasileiros compete ao abnegado sábio, especialmente como geógrafo (11).

Aceitando o convite da presidência, Ferreira Pena entrou em atividade, sendo nomeado bibliotecário a 14 de abril, sem percepção alguma de vencimentos.

Em março, os donativos ascendiam a 1 888 volumes e 2 352\$000 réis, com tendências a avolumarem-se muito mais; para locação da Biblioteca vestiram-se de grandes estantes envidraçadas as paredes do salão inferior do Liceu Paraense, e fizeram-se vários reparos neste compartimento e em outros onde instalava-se o Museu; concertos e obras, como todo o mais, nada custaram aos cofres públicos.

Aos 1 888 volumes doados fez o presidente reunir os livros da antiga Biblioteca Pública, elevando deste modo o computo da livraria a três mil e tantos volumes.

Com este material resolveu instalar a Biblioteca e o Museu em 25 de março, aniversário do juramento da constituição política do Império. Como era de praxe, cantou-se nesse dia, às 10 horas da manhã, um te-deum, na catedral, e realizou-se, logo em seguida, o cortejo às efígies de S.S.M.M., no Palácio do Governo; finda esta cerimônia o presidente, acompanhado pela oficialidade de terra e mar, funcio

nários públicos e um crescido número de cidadãos, foi ao Liceu inaugurar as novas instituições. Aí pronunciou o bispo D. Antônio de Macedo Costa um belo discurso (12), apreciando a evolução das bibliotecas, desde a idade antiga até modernamente, mostrando como elas se multiplicam e desenvolvem nos países cultos.

“Esta inauguração, senhores, que ora festejamos, disse ele, me parece ser um destes fatos: — considerado em sua realidade concreta, pouca cousa; considerado nos bens transcendentais, que encerra e promete, fato imenso!

“Porque, notai, eu não venho chamar as bênçãos da Religião precisamente sobre uma Biblioteca; o que eu abençoo, o que vós todos abençoais comigo, em nome da Religião, em nome da humanidade, é outra causa melhor: — é a instrução a derramar-se: — é a civilização a expandir-se; é um porvir inteiro a rasgar-se diante de nossos olhos, todo iluminado e cheio de esperanças!

“Não são estes belos volumes, que, de repente e por encanto, vieram, aos milhares, enfileirar-se nestas estantes, não são eles, digo, que saudamos em transportes de jubiloso entusiasmo: — são milhares de inteligências saindo da penumbra e marchando para a luz; é o amor crescente das leituras úteis, dos estudos sérios; é a nobre emulação das letras, a **voraz ânsia do saber**, de que fala um poeta, a arfar nos seios das gerações novas, a elevá-las a grau mais subido de cultura e desenvolvimento; é isto: — e, quem sabe? é talvez para a nossa querida Pátria, — de cuja Constituição política celebramos hoje o fausto aniversário, — para o Brasil, esse gigante do Novo Mundo, onde tais estabelecimentos de instrução vão por certo multiplicar-se, difundir-se, popularizar-se — é, quem sabe? dizemos, para o nosso Brasil a preparação remota, o bruxulear longínquo de um grande século, que venha a ser a nossa idade de ouro literária, como Portugal já teve a sua no século dos Camões, Lucenas, Sousas, Barros e Ferreiras; como a França no dos Bossuets, Fenelons, Boileaus, Racines e Corneilles; como a Itália no dos Tassos e Ariostos; como Roma no século de Augusto e a Grécia no de Péricles.”

As suas palavras de conclusão sintetizaram os espontâneos aplausos, que de todos partiam aos esforços de Machado Portela: “Não desprezemos os melhoramentos materiais, mas esforcemo-nos sobretudo pelos melhoramentos morais, os mais importantes, os únicos verdadeiramente importantes.

“Honra àqueles que compreendem esta verdade! Honra aos homens públicos que concentram neste ponto capital seus nobres intuitos, seus generosos esforços! Honra aos povos que os compreendem e auxiliam!

“Senhor Presidente, minha humilde palavra, que V. Ex^a quis fosse ouvida nesta tão solene circunstância, mal pode encarecer o benefício singular que tem feito V. Ex^a a esta província dotando-a de uma Biblioteca pública: a este benefício, porém, acresce outro que aí está desafiando ainda a pública gratidão: vem a ser a inauguração de um Museu, onde se poderá já admirar alguns desses maravilhosos produtos com que aprouve ao Criador abrilhantar e enriquecer estas nossas abençoadas regiões do Amazonas. Daqui a pouco veremos realizada outra idéia que V. Ex^a também muitíssimo acaricia, a de uma escola normal; como já vemos, por seus cuidados, surgindo de diversos pontos da província, edifícios acomodados ao ensino da puerícia. Tudo isto está revelando o pensamento grandioso que domina toda a administração de V. Ex^a: — o de espalhar a luz; mas luz que seja a um tempo calor e vida; o de promover a verdadeira reforma da instrução, pela regeneração do professorado, pela prática dos verdadeiros métodos, mas, sobretudo, pela união da instrução com a educação, pela união da educação com a Religião, que é o aroma que embalsama a ciência e a impede de corromper-se, como disse Bacon. Ora, em pontos de instrução, em pontos de educação popular, não há duas opiniões, há uma só, unânime, universal, convencidíssima! Ouso, pois, crer, Sr. Presidente, que sou intérprete dos sentimentos de toda a província exprimindo aqui a V. Ex^a um voto solene de agradecimento. Aceite-o V. Ex^a, não como partindo de mim, que pouco valho, mas como partindo do coração de todo o povo paraense.”

Após o bispo falou o Dr. Francisco Pereira de Sousa Júnior, diretor- geral da Instrução Pública, e, por último, o presidente, declarando instalados a Biblioteca e o Museu.

Ficaram os dois estabelecimentos sob a direção de Domingos Ferreira Pena que percebia pelos trabalhos do seu duplo cargo o insignificante ordenado mensal de 133\$333 réis, e tinha, para auxiliá-lo em todo o serviço interno, apenas um ajudante, com 75\$000 réis mensais. As despesas com este pessoal foram as primeiras que fizeram os cofres públicos com a Biblioteca; constituída por valiosos donativos de livros (13) e dinheiro, instalada a custa do seu subsídio particular, ainda a dispêndio dos seus próprios recursos e da coadjuvação estranha, devia tomar a instituição importante incremento, infelizmente para mirrar e danificar-se sob a prejudicial influência de uma locação péssima.

O governo provincial olhou sempre a Biblioteca mais como um contrapeso obrigatório dos orçamentos do que como uma instituição de utilidade pública; ao pessoal juntou-se apenas, em 1877, um servente com 340\$000 réis de ordenado anual; a verba de 3 000\$000 réis que

a lei orçamentária de 1872 destinara para a compra dos livros ficou reduzida, pela lei do exercício seguinte, a 1 000\$000 réis e desapareceu de 1873 em diante. Ainda em 1886, quinze anos depois do estabelecimento, ganhavam bibliotecário e ajudante os mesmos parcos ordenados, sendo que o lugar de servente havia sido supresso por desnecessário.

Debalde clamaram os diretores contra os defeitos do local, contra a invasão dos insetos daninhos, contra a insuficiência do material técnico; as presidências limitavam-se a repetir em seus relatórios estes clamores, alegando não existirem verbas para as despesas urgentes, inadiáveis, que se lhe pediam. Por sua vez as assembléias ouviam as reclamações com uma indiferença já peculiar, e a destruição continuava.

É natural que esta apatia influenciasse também os empregados, mal pagos, impelindo-os ao desleixo, ao pouco caso por aqueles grandes armários envidraçados, dentro dos quais as traças e o cupim devoravam obras preciosas.

Em 1879, verificou-se que o cupim, valendo-se da incúria, trabalhara denodadamente, de modo a tomar quase todas as estantes e livros; a presidência enviou imediatamente um engenheiro a examinar o local, para providenciar-se com urgência; declarou o profissional que só substituindo o forro de madeira por estuque e o soalho por ladrilhos ou outro material que dispensasse o emprego da madeira poder-se-ia expurgar o compartimento dos incômodos hóspedes; o orçamento para as obras montou a 2 013\$990 réis (14).

E foi tudo. O presidente pediu verba à assembléia, mas não a obteve, e assim voltava o bibliotecário Raimundo Brito Gomes de Sousa, em 1881, quase aflitivamente, a impetrar providências sobre os estragos do cupim. No ano seguinte, o Sr. José Veríssimo, ao tempo oficial da secretaria do governo e diretor da Biblioteca em comissão, apresentava em seu relatório, como medidas indispensáveis à conservação e aumento da livraria, a mudança para local apropriado, a encadernação das obras em brochuras e a reencadernação das muitas que se apresentavam deterioradas (15).

Daí em diante todos os bibliotecários repetiram aos presidentes esta reclamação, e quase todos os presidentes a transmitiram sucessivamente até 1889, com o apêndice da falta de verba, às assembléias provinciais.

Nada se fez: o Dr. Sousa Dantas, quando na presidência, mandou ampliar a planta de um edifício escolar que o governo tencionava levantar na Praça da Independência, anexando-lhe compartimentos

especiais para a Biblioteca, porém não passou isto de projeto, pois o edifício, que se ergueu em outro local, não teve mais que um enorme salão para aulas e duas salas pequenas para a administração.

Através da luta com a pobreza das quantias, que os orçamentos provinciais regateadamente lhe davam, a coadjuvação particular continuou a enriquecer de obras a biblioteca; assim acelerado foi, em relatividade, o aumento da livreria, como nô-lo demonstram os seguintes algarismos:

Em	1872	3899	volumes
"	1873	3	985
"	1874	4	300
"	1875	4	377
"	1876	4	511
"	1878	5	472
"	1880	6	001
"	1884	8	071
"	1885	10	735

Contribuíram mais poderosamente para tais incrementos o legado de 923 volumes da biblioteca do Dr. Luís Ferreira Teixeira de Lemos, em 1874; a compra de 2 232 volumes, que o governo fez, em 1882, a Francisco Gomes de Amorim, residente em Portugal; e a aquisição das bibliotecas de D. S. Ferreira Pena e conselheiro Azambuja, em 1885 (16).

Vimos que o presidente Machado Portela, bem orientado na escolha do diretor da instituição que fundava, investiu do cargo a Domingos Soares Ferreira Pena, em quem encontrou um competente e zeloso funcionário.

Os reais serviços que Ferreira Pena prestou à Biblioteca no período da sua constituição deviam ser pouco depois desconhecidos; o presidente Barão da Vila da Barra, executando uma deliberação do seu antecessor, transferiu o Museu dos compartimentos onde achava-se locado para uma casa particular, e nomeou bibliotecário o ilustrado paraense Júlio César Ribeiro de Sousa. Alijado assim do seu cargo, recusou Ferreira Pena a nomeação para diretor do Museu, e fê-lo por dignidade, como prova a correspondência trocada entre ele e o presidente, a qual, na opinião de José Veríssimo, é "um modelo de polêmica cortês, espirituosa e digna, de um funcionário subalterno, mas consciente, sem fatuidade do seu valor, com uma alta autoridade que, apesar do real merecimento que tinha, a filáucia da posição tornou um momento ridículo" (17).

Júlio César encontrou, por parte de inimigos seus, pública e caluniosa oposição aos seus trabalhos de bibliotecário: o jornal **Luz da Verdade**, em seu número 149, increpou virulentamente ao Barão da Vila da Barra a nomeação que dele fizera, chegou mesmo a taxá-la de desastre. Atacado sem considerações, atribuiu as censuras ao seu antecessor e, em retribuição, fez-lhe em documentos oficiais graves cargas, quer em pontos referentes às suas habilitações técnicas, quer em relação aos seus deveres de diretor. É o primeiro livro de registro de correspondência oficial, hoje incluído na Seção de Manuscritos, que nos faculta apreciar estas explosões do ódio entre dois homens de verdadeiro valor, que morreram paupérrimos, mal julgados e esquecidos, tendo prestado bons e relevantes serviços à sua pátria. Ferreira Pena nem ao menos logrou conseguir da política aquilo que se dava tanto e tão escandalosamente, a aposentadoria; Júlio César, escarnecido por uns e reputado visionário por outros, só logrou fazer dos seus estudos sobre a aerostação um calvário de desgostos.

No período de 1871 a 1889, teve a Biblioteca nove diretores efetivos (18), o que não deve causar surpresa uma vez levada em conta a instabilidade do funcionalismo público, cousa que então o caracterizava; e sabido que estes funcionários obedeceram, durante aquele lapso de tempo, a vinte e um diretores-gerais, que tantos teve a Instrução Pública.

Tal foi a vida da Biblioteca Pública, desde a sua fundação até o advento republicano, desorganizada e obscura, porque as péssimas condições do local, o defeituoso material técnico, a incúria, absorveram a seiva vigorosa que os doadores porfiaram em dar-lhe.

Das ativas reformas, com que o governo republicano encetou a reorganização do serviço público, manaram os primeiros esforços para tornar a Biblioteca uma realidade; o Dr. Justo Chermont, que, por nomeação do governo federal, substituiu, em 17 de dezembro de 1889, a junta provisória aclamada em 16 do mês anterior, cometeu ao Dr. Antônio Passos de Miranda o encargo de examinar aquela dependência administrativa e propor as medidas capazes de reformá-la completamente.

Do estado em que agonizava o estabelecimento falam as palavras do ilustre comissionado: “A Biblioteca do Pará esteve muitos anos inteiramente abandonada. As estantes passaram meses e até anos sem serem abertas.

“Não havia o menor cuidado com os livros que, hermeticamente fechados em armários de fundo de madeira branca, colocados num pavimento térreo, úmido, com pouco ar e pouca luz, alimentaram

apenas a voracidade do cupim e da traça, que devoraram volumes inteiros de obras importantes.

“Quando tomei conta da Biblioteca existiam 7 678 volumes de diversas obras, contados por ordem minha, porque ali não havia catálogo, nem ao menos uma relação dos livros existentes, de sorte que só com muito tempo e trabalho pude conhecer do valor e importância das obras que ali se achavam.

“Com a seleção que ordenei, foram condenados 3 213 livros e 1 337 brochuras e folhetos: uns por estarem inteiramente estragados pela traça e pela umidade, e outros por pertencerem a obras das quais alguns volumes foram emprestados, mas nunca restituídos!” (19).

Como salvadoras medidas do que restava, propôs o Dr. Passos de Miranda a separação completa de todos os livros estragados, ficando os bons em lugar conveniente e tratados com o maior cuidado, a fim de evitar-se o perigo de ficarem completamente inutilizados; e a remoção imediata da Biblioteca do local em que se achava para um edifício apropriado, isto é, o mesmo que José Veríssimo apresentara nove anos antes, como urgentes e indispensáveis melhoramentos, sucessivamente adiados com tão graves prejuízos.

Fácil tornava-se o isolamento dos livros contaminados, pois achavam-se devolutas as salas do Liceu onde funcionara o Museu, então locado no edifício da antiga Escola Prática; grande obstáculo, porém, encerrava a instalação da Biblioteca, sem um local próprio ou capaz de ser apropriado.

Antes que os trabalhos da afanosa reorganização estivessem concluídos, e apenas transferidos os livros para aquelas salas, baixou o capitão-tenente Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes, que exercia o governo desde 25 de março de 1891, o Decreto nº 322, de 8 de abril deste ano, regulamentando o serviço da Biblioteca; esta reforma compôs o pessoal de um bibliotecário, um ajudante, um porteiro e um servente; marcou duas seções de expediente, das 7 às 11 da manhã, e das 6 às 8 da noite; preceituou os deveres dos empregados e regulou a leitura pública. A este ato do governo seguiu de perto a nomeação do Sr. Artimodoro da Silveira Góis, para o cargo de bibliotecário, e o preenchimento do quadro de empregados.

Tais medidas eram, sem dúvida, apenas preparatórias; este esboço histórico demonstra que qualquer reforma, para ser profícua, devia ter por base a transmutação da Biblioteca. Na compreensão deste juízo, votou o Congresso a Lei nº 322, de 8 de abril de 1892, que autorizou o governo a despendar 60 000\$000 réis com a aquisição de um prédio, quantia esta assaz insuficiente para tal fim.

Foi durante o governo do Dr. Lauro Sodré e do vice-governador Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt que a Biblioteca entrou em uma nova fase de vida, exuberantemente prolongada durante o quadriênio administrativo do Dr. José Pais de Carvalho.

O governo pensou em construir um edifício especial e, em 1893, a procuradoria fiscal do Tesouro do Estado foi autorizada a entrar em ajuste com o proprietário dos terrenos e prédios que se acham à ilharga do Palácio do Governo e Travessa da Vigia, canto da Praça da Independência, para a compra dos mesmos, com o fim de ser aí construída a casa. Não chegando a procuradoria a um acordo com o proprietário, o governo ordenou a desapropriação para utilidade pública, e a causa chegou à apelação por parte da fazenda, perante o Tribunal Superior de Justiça, desistindo então o governo da compra, por ter deliberado adquirir o excelente prédio em que funcionava o Banco Comercial do Pará, à Travessa Campos Sales, canto da Rua Treze de Maio.

Despendeu o governo com esta compra a importância de 115 0003000 réis, preço muito conveniente por ser inferior ao custo real do edifício, e, abandonando a parcimônia absurda das administrações provinciais, mandou fazer os reparos indispensáveis à adaptação do local às exigências da nova locação. Nos fatigantes trabalhos da mudança e instalação da Biblioteca, prestou o Sr. Bertino de Miranda Lima, nomeado diretor em 19 de agosto de 1893, assinalados serviços.

As reformas internas, quer no material técnico, quer na aquisição de novas obras, e no acondicionamento dos pobres destroços da antiga Biblioteca, equivaleram, sem exagero, mais que a um renascimento, a uma verdadeira criação.

Em meados de 1895, começou a Biblioteca a funcionar no seu novo local, dispondo de bom material técnico, de vastos salões-depósitos, de cômodos para as diversas seções, de uma espaçosa sala de leitura, completamente separada das demais dependências.

Indispensável tornava-se regulamentar de novo a repartição: exigiam- no as condições do instalamento e dos serviços internos; a Lei nº 164, de 31 de maio de 1894, autorizou o governo a reorganizar a repartição.

Desta faculdade concedida pelo poder legislativo merece especial menção o art. 1º, que prescreveu o anexamento à Biblioteca do arquivo existente na Secretaria do Governo, relativo aos antigos Estados e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro, e à época decorrida

da proclamação da Independência a 1840; daí proveio a Seção de Manuscritos, que, pela primeira vez, divulga com este volume documentos seus (*).

Não menos digno de referência deve ser o art. 2º, que estabeleceu a publicação destes **Anais**, encetada pouco depois pelo Sr. Bertino Miranda, após haver rebuscado o aludido arquivo e transferido parte dos manuscritos, a que deu organização e mandou encadernar, constituindo 201 volumes.

O Dr. José Pais de Carvalho continuou com solicitude a obra dos seus antecessores; mereceu-lhe a Biblioteca desvelados serviços, especialmente a Seção de Manuscritos; adquiriu-se para ela 16 estantes do Werniche System Elastic Bookcases, que fornecem locação para 1 280 volumes **in-fólios**; organizaram-se e encadernaram-se 163 volumes, deu-se nova busca no arquivo da Secretaria do Governo, conseguindo um acréscimo de 932 volumes, atualmente em encadernação.

Deste modo a Seção apresenta hoje devidamente colecionados e concatenados 129 600 manuscritos, relativos ao largo período histórico das primeiras tentativas de colonização, na Amazônia, até 1840, ano em que o Pará logrou libertar-se das lutas partidárias, posteriores à reação nativista de 1822. Este é o preciosíssimo manancial, que, avolumado por outras buscas nos arquivos da capital e do interior do Estado, alimentará a publicação destes **Anais**.

Ainda no governo do Dr. Pais de Carvalho foi a Biblioteca reorganizada pelo Decreto nº 692, de 9 de maio de 1899; esta reforma tornava-se indispensável porquanto não se regulamentara a lei de 31 de maio a que nos referimos; atendeu-se mais de perto às exigências do serviço interno e aumentou-se o pessoal com um 2º oficial e dois contínuos (20).

Foi após este ato que executaram-se os trabalhos de catalogação metódica das obras, adotando-se as instruções do professor alemão Petzholdt, com as considerações dos Srs. Biagi e Fumagalli (21). Existem 8 608 volumes em perfeito estado de conservação e de uso, e 1 536 que aguardam encadernação, ascendendo assim o computo geral a mais de 10 000 volumes.

Sob os auspícios do governo do Dr. Augusto Montenegro, houve para a Biblioteca importante reforma, cujos profícuos resultados revelam-se vantajosamente. O Decreto nº 993, de 16 de abril de 1901,

* Refere-se o Autor ao volume dos **Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará**, do qual se transcreve o presente texto. (N. do R.)

que deu nova organização aos serviços administrativos, criando três secretarias de Estado, instituiu, anexo à Biblioteca, o Arquivo Público. Este ato administrativo importou na organização obrigatória, regular e sistemática de todos os arquivos, nos quais vinham de longe parasitando a desordem e a incúria, buscando por um lado facilitar aos diferentes departamentos públicos a consulta rápida e segura das peças oficiais, e por outro a conservação valiosa do passado escrito, como subsídio indispensável ao estudo da nossa história.

O anexamento, efetuado com larga economia para os cofres públicos, teve já como utilíssima consequência a completa organização do arquivo da extinta Secretaria do Governo, que se acha convenientemente locado no edifício da Biblioteca (22). Este trabalho produziu 2 382 volumes de manuscritos, com mais de 200 000 espécimes.

Eis o atual estado da Biblioteca e Arquivo Público, conseqüente dos valiosos auxílios com que a têm subsidiado os governos republicanos, na patriótica orientação de a tornarem uma realidade; repositório de escolhidas obras sobre os vastos domínios do saber humano, não lhe cabe somente a tarefa nobilitante de franquear ao público o estudo gratuito e cômodo; pertence-lhe a árdua missão, em grande parte desempenhada, de arrancar à destruição o subsídio escrito, que servirá de base aos fastos do Estado, de submetê-lo à concatenação cronológica e sistemática, de divulgá-lo em publicações, pondo-o ao fácil alcance dos estudiosos.

A Biblioteca e Arquivo Público representam uma instituição que honra a história da República.

REFERÊNCIAS E NOTAS

1. ANTONIO LADISLAU MONTEIRO BAENA. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará.** Pará. 1839.
2. Ata da Sessão da Câmara Municipal, em 27 de abril de 1839, registrada no livro competente. Manuscrito pertencente ao arquivo da Intendência de Belém.
3. Correspondência das Câmaras com os Presidentes da *Província*. Vol. de 1838-1839. **Seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público.**
4. Ofício de 24 de maio de 1839. Colleção das leis e actos do governo do Pará. Tomo II. Parte 2? Pag. 13.
5. Ata da Sessão da Câmara Municipal, em 6 de junho de 1839. Livro manuscrito da Intendência Municipal de Belém, cit.
6. Discurso recitado pelo ex.^{mo} Sr. doutor João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará, na abertura da assembléia legislativa provincial, no dia 15 de Agosto de 1840. Pará. Typ. de Santos & Menor. 1840.

7. A lei nº 97, de 3 de julho de 1841, criou um externato de ensino secundário com a denominação de Liceu; este estabelecimento foi convertido em internato, com o nome de Colégio Paraense, pela portaria de 11 de setembro de 1861, em virtude da resolução nº 278, de 9 de dezembro de 1855, e novamente restabelecido como externato e designado Liceu Paraense, pela portaria de 16 de novembro de 1870.
8. Relatório do diretor-geral da instrução pública, Dr. Joaquim José de Assis, ao presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque. Anexo ao relatório presidencial de 1º de novembro de 1863.
9. Relatório com que o Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira passou a administração da província ao Dr. Abel Graça, 4º-vice-presidência, em 17 de abril de 1870.
10. Mais de uma tentativa houve para a criação do Museu; o presidente José Bento da Cunha Figueiredo chegou a despendar 2 000\$000 réis com aquisição de material, isto para reanimar, como diz ele em seu relatório, os ensaios anteriormente feitos por Ferreira Pena, Dr. José Ferreira Cantão e outros. Para promover a instalação do Museu nomeou o presidente uma comissão, composta destes srs. e do Dr. Américo Marques de Santa Rosa.
11. Publicada no Boletim do Museu Paraense de historia natural e ethnographia, vol. I nº 2.
12. Discurso pronunciado pelo excellentissimo senhor D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, na solemne inauguração da Biblioteca Publica, fundada na mesma província, no dia 25 de Março de 1871. Pará. Typ. do **Diário do Gram-Pará**, de Frederico Carlos Rhossard. 16 pags. in 8º
13. Entre os doadores de mais avultadas contribuições figuraram; José Joaquim Machado Portela, Heráclito Vespasiano Fiock Romano, Francisco Antônio Pinheiro, Francisco da Silva Castro, Antônio Manuel Gonçalves Tocantins, Adolfo Kaulfuss, Luis Miguel Quadros, Manuel Toscano de Vasconcelos, Francisco de Paula Barreto, José Félix Soares, Luis Ferreira Lemos, Vicente Carneiro Leal, José Joaquim de Assis, José Vieira Couto de Magalhães, Manuel Antônio Rodrigues, Ambrósio Leitão da Cunha, D. S. Ferreira Pena, Julião Joaquim de Abreu, José Joaquim da Gama e Silva, José Luís da Gama e Silva, Abel Augusto César de Araújo, Domingos Antônio Raiol, Antônio Joaquim d'Oliveira Campos, Antônio N. Monteiro Baena, Manuel Carneiro da Rocha, Antônio Gonçalves Nunes, Joaquim Inácio d'Almeida, José Ferreira Cantão, José Henriques Cordeiro de Castro, Augusto Olímpio Gomes de Castro, Manuel Antônio Pimenta Bueno, Eduardo Nogueira Angelim, José Batista Ribeiro de Sousa, José Carvalho Serzedelo, Manuel José de Siqueira Mendes, Américo Marques de Santa Rosa, Manuel Gomes de Amorim, Joaquim Vitorino de Sousa Cabral. Marcelo Lobato de Castro Augusto César Sampaio, João Maria de Moraes, Geraldo Antônio Alves. Frederico Hermeto Pereira Lima, Domingos Borges Machado Acatauaçu, José Gregório Coelho. Jornal "Treze de Maio", edições de janeiro a março de 1871.
14. Relatório do presidente Dr. José Coelho da Gama e Abreu, em 16 de junho de 1879.
15. Relatório do presidente Dr. Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho, em 4 de janeiro de 1882.
16. Relatórios dos presidentes da província. Anos de 1871-1875.

17. Correspondência oficial entre S. Ex^a Sr. Barão da Villa da Barra, Presidente da Província do Pará e o ex-encarregado do Muzeu Paraense D. S. Ferreira Penna, in-8? Pará. Typ. do Futuro, 1872. 31 pags.
18. D. S. Ferreira Penna, nomeado em 14 de abril de 1871; Júlio César Ribeiro de Sousa, em 28 de julho de 1872; João de Oliveira Seixas, em 22 de abril de 1874; Pedro Gomes do Rego, em 29 de maio de 1876; Raimundo Brito Gomes de Sousa, em 17 de janeiro de 1877; José Veríssimo Dias de Matos, em 2 de setembro de 1881; Dr. Geraldo Barbosa de Lima, em 5 de dezembro de 1882; Francisco de Souza Campeio, em 20 de janeiro de 1886; Raimundo José Ferreira, em 9 de julho de 1889.
19. Ofício de 17 de dezembro de 1890.
20. No período do 1889 até hoje exerceram a direção da Biblioteca quatro diretores: Artimodoro da Silveira Góis, nomeado em 8 de abril de 1891; Bertino de Miranda Lima, em 19 de agosto de 1893; Dr. Joaquim Rodrigues de Sousa Filho, em 20 de janeiro de 1898; Artur Otávio Nobre Viana, em 20 de julho de 1899.
21. Glulio Petzholdt. Manuale dei bibliotecário, tradotto sulla terza edizione tedesca con un appendice originale di note illustrative, di norme Legislative e con um elenco delle pubbliche biblioteche italiane e stranieri, *per cura* di Guido Biagi e Giuseppe Fumagalli. Ulrico Hoepli. Milano. 1894.
22. V. Catalogo chronologico da secção de manuscriptos, organizado sob a direção de Arthur Vianna, e nota **in-fine**. Belém. Imprensa Official. 1901.